

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO

O CONCEITO DE DIVINDADE INDÍGENA
SOB O DOMÍNIO ROMANO
NA PENÍNSULA IBÉRICA

POR
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

SEPARATA DAS ACTAS DO
II CONGRESSO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

COIMBRA

1971

O CONCEITO DE DIVINDADE INDÍGENA SOB O DOMÍNIO ROMANO NA PENÍNSULA IBÉRICA

POR

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Em comparação com o que acontece noutros sectores da Arqueologia, são relativamente poucos os investigadores que estudam, de forma sistemática, os cultos pré-romanos peninsulares, com base na Epigrafia. Apesar disso, importante dificuldade tem levado a divergências nesse campo: que designação dar às divindades dessa época e quais as suas características específicas? Dúvidas de leitura das epígrafes, falta de documentação (e consequente abundância de hipóteses por ora inconfirmáveis), desconhecimento de descobertas epigráficas ocorridas noutras parcelas do Velho Mundo, e, ainda, ausência de pontos de contacto entre a epigrafia votiva peninsular e a europeia — mais dificultam a questão.

Várias designações se vêm utilizando: divindades indígenas, lusitanas, lusitânicas, lusitano-romanas, ibéricas, hispânicas, pré-romanas, celtas... Todas serão de admitir? Não se trata, cremos, dum mero caso de nomenclatura: é, pela sua incidência histórica e sócio-cultural, um problema básico, por cuja solução se deveria pugnar, antes de lançar ombros a estudos ulteriores.

*

*

*

O grande Mestre, Leite de Vasconcelos, ao estudar uma inscrição, que supôs dedicada a Júpiter e ao génio da cidade dos Banienses, comentou: «Este Génio, conquanto romanizado, pode encobrir uma divindade local pré-romana; por isso, o incluo aqui» (no capítulo sobre os cultos anteriores aos Romanos) («Religiões da Lusitânia», III, 1913, p. 200).

Maria Lourdes Albertos, conceituada estudiosa de antroponímia hispânica, ao referir-se à divindade *Auge*, escreve também: esta deusa «es sencillamente una divinidad griega o bajo nombre griego recubre una divinidad hispánica» (in «Emerita», XXXIII, 1965, p. 137).

O professor T. Scarlat Lambrino, saudoso e modelar epigrafista, afirma, a propósito de *Mercurius Chortalis*: «Não é, pois, uma divindade céltica nem germânica, mas talvez um desses Mercúrios que escondem frequentemente, em país céltico, uma divindade local. No entanto, o epíteto claramente romano é aplicado normalmente a Júpiter, nunca a Mercúrio, ao que sabemos» (in «Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal», Coimbra, nova série, XVI, 1952, p. 171).

Estas e outras afirmações semelhantes, encontradas aqui e além, confundiram-nos a princípio, porquanto traçavam uma fronteira bastante imprecisa entre as diversas «categorias» de divindades em questão.

Consequentemente, o primeiro problema que se nos pôs foi: das designações usadas, qual a mais correcta? E revimo-las, uma a uma, tentando destrinçar-lhes o conteúdo e procurando, simultâneamente, uma que se pudesse aplicar, na generalidade, a todos os númenes venerados na Península antes do advento dos Romanos.

O epíteto «ibérico», aplicado a um deus, diz-nos que ele era cultuado pelos Iberos ou na Península Ibérica; ora, como, segundo supomos, não se conhecem ainda, com certeza, as zonas étnico-geográficas de influência ibérica, e como há divindades cujo culto está geograficamente limitado, não abrangendo toda a Península, o epíteto carece de fundamento. O mesmo se diga de «celta» ou «céltico». O mesmo de «lusitânico» (termo usado por Adolfo Coelho) e «lusitano» (últimamente muito em voga), por abrangerem somente uma restrita área, cujos limites, de resto, não estão bem fixados, e até porque, supondo que se conseguiram localizar, geograficamente, com rigor, as diversas etnias peninsulares, uma ara achada em determinada zona, poderia ter sido erigida por um elemento não-autóctone, simplesmente apegado às suas crenças de origem.

A expressão «divindade pré-romana» dilui um pouco esta diversidade de nomenclaturas de ordem étnico-geográfica, que julgamos de evitar numa primeira fase da investigação. Pode, no entanto, induzir em erro, pois a maioria dos teónimos se encontram grafados à latina e datam do domínio romano.

«Hispânico» referir-se-ia, ao invés, à vasta camada populacional, de origem não-latina, submetida pelas gentes de Roma. Tanto um vocábulo como outro não acentuam devidamente a continuidade cultural.

Por seu turno, a palavra «indígena» indicava que a divindade era «natural daí», ou melhor, que era cultuada no local, onde fora descoberto o ex-voto a ela dedicado. O termo apresentou-se-nos com a generalidade necessária e a objectividade requerida, pois sublinhava eficazmente a ideia de se

tratar dum culto anterior aos Romanos, embora persistente sob o seu domínio. Optámos, pois, por ele.

*

* *

Na prática, em que nos iríamos basear para saber se determinada divindade era ou não indígena? Quais os caracteres que lhe autenticariam o indigenato? Evidentemente, a sua anterioridade à dominação romana é, também, alguma característica que se pudesse classificar de local, indígena. Mas como se poderia sabê-lo? Precisaríamos de uma base que, em nosso entender, era o mais objectiva possível: o nome ou o epíteto da divindade. Pois se tal nome ou tal epíteto ainda não foram detectados alhures, a divindade terá certamente um culto local: os seus atributos advêm-lhe, no todo ou em parte, da população, que a venera, ou são de índole geográfica e, portanto, indígena. Competirá, depois, à Linguística, destringir a origem etimológica do teónimo, relacioná-lo com esta ou aquela etnia, porque, como escreve Robert Étienne, «à chaque moment de la recherche, il s'agit bien de préciser à quelle sorte d'indigènes appartient telle habitude ou tel trait de moeurs» («Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien», Paris, 1958, p. 67) ou, no caso presente, tal divindade.

*

* *

Ilustremos, com alguns exemplos, a nossa opinião.

Endovellicus, *Ataecina*, *Cosus* e tantos outros — o seu indigenato é geralmente aceite. O das divindades romanas com epítetos não-latinos é, porém, objecto de controvérsia. Tomemos o caso de *Jupiter Assaëcus*: este epíteto, *Assaëcus*, só se conhece desta lápide; é, pois, um epíteto local, que dá a Júpiter um atributo particular, coincidente ou não com os seus atributos no panteão romano. Portanto, Júpiter deixou de ser venerado como o Júpiter romano para ser o Júpiter *Assaëcus*, um Júpiter local, indígena. Pode haver igualmente ou não uma identificação com uma divindade pré-romana, *Assaëcus*: exemplos desta assimilação ocorridos com outras divindades (*Eaëcus* e *Jupiter Eaëcus*...) autorizam-nos tal ilação hipotética; mas, de qualquer forma, subsiste a originalidade do epíteto — o que, em nosso parecer, autentica o indigenato. Em suma: como o epíteto deve ser proveniente, na melhor das hipóteses, do idioma das populações locais (já romanizadas, note-se), qualquer que seja a sua última origem étnica ou geográfica, consideramos lícito incluir *Jupiter Assaëcus* entre as divindades indígenas.

O anterior raciocínio servirá também quanto aos epítetos doutras divindades, gregas, romanas, *Dii*, ninfas, *Lares*, *Tutelae*, *Genii*: se tais

epítetos não são latinos nem gregos (ex.: *Genius Tiauranceaicus*, *Lares Cere-naeci*, *Tutela Tiriensis*, *Nymphae Lupianae...*) ou se estão relacionados com topónimos conhecidos (*Genius Conimbricae*, *Dii Deaeque Coniumbri-censium*), consideramo-los indígenas. Caso contrário (ex.: *Mercurius Chortalis*, cujo epíteto é latino; *Auga*, cujo nome é grego; *Numina Lapitearum*, pois há um povo da Tessália assim denominado), não.

Sustenta o Sr. Cor. Mário Cardozo, digno presidente da Sociedade Martins Sarmiento, que em casos destes, deu-se apenas uma assimilação. Mas — insistimos — não foi uma assimilação local, indígena?

Objecta ainda Mário Cardozo (carta de 8 de Abril): «Pode uma deter-minada divindade ostentar um nome particular e desconhecido em qualquer outro lugar, e um culto anterior à ocupação romana da Península, e nem por isso ser indígena da Lusitânia. Pois que sabemos nós das religiões praticadas na Lusitânia vindas de um remoto passado anterior à Románização, seja celta, ligúrico, ou, indo até mais longe, dos tempos pré-históricos?» Tem razão. Por isso, nós afirmamos que a nossa concepção é dinâmica, porquanto, à medida que progredirem os estudos linguísticos e epigráficos, assim se irá aclarando a lista das divindades indígenas: determinado númen, tido como indígena, pertence, afinal, ao substracto ligúrico ou ao mundo celta? Pois muito bem: riscamo-lo.

Este problema põe-se já, por exemplo, em relação ao deus *Bormanicus*, de que se encontraram duas inscrições em Caldas de Vizela. Hubner (CIL II 2402), Martins Sarmiento (in «*Dispersos*», pp. 10-11), Adolfo Coelho (in «*Revista Lusitana*», I, 1887, pp. 358-362), Leite de Vasconcelos («*Religiões da Lusitânia*», II, 1905, pp. 266-276) e outros, aproximam a forma *Bormanicus* doutras semelhantes (*Bormanus*, *Bormana*, *Bormo*, *Borvo*) existentes na Gália, embora não ponham em causa as características indígenas do deus. Martins Sarmiento chega, porém, a escrever «*Borvo* ou *Bormânico*» (art. cit.). Talvez esta frase ou outra idêntica tenham levado Blazquez Martinez a afirmar: «*Fora da Península, este deus era muito venerado*» («*Archivo Español de Arqueologia*», XXX, 1957, p. 62). Então, *Bormanicus* não pertence exclusi-vamente ao panteão da Península? A semelhança de nomenclatura exige que o consideremos próprio dum determinado povo que viveu na Gália e se teria espalhado pelo noroeste peninsular? Riscá-lo-emos já da lista? Cremos ser ainda prematuro; em nenhum outro local o teónimo aparece grafado desta maneira, o que nos pode autorizar a declará-lo — enquanto a Linguística não dispuser de dados convincentes — o deus protector das termas de Vizela e não das termas em geral.

Não pretendemos, com este ligeiro apontamento, esmiuçar, discutir e resolver exaustivamente todas as questões que rodeiam o assunto.

Nem, decerto, lográmos explicar e defender bem a nossa opinião de que a designação de indígenas dada às divindades cultuadas pelos povos anteriores à ocupação romana da Península, com base no seu nome, é a mais aceitável.

Desejámos, apenas, dar o nosso modesto contributo para a solução dum dos magnos problemas em que se debate, ainda, pela falta de elementos, a epigrafia romana votiva peninsular. Dissemos peninsular: só de um trabalho comum, dos epigrafistas e filólogos, espanhóis e portugueses, algo poderá surgir de concreto, válido e duradouro.